

RELAÇÕES MATRIMONIAIS E INTERESSES PATRIARCAIS EM ‘AS TRÊS IRMÃS’ (1862) E ‘ESTRELAS PROPÍCIAS’ (1863), DE CAMILO CASTELO BRANCO¹

MATRIMONIAL RELATIONSHIPS AND PATRIARCHAL INTERESTS IN CAMILO CASTELO BRANCO’S AS TRÊS IRMÃS (1862) AND ESTRELAS PROPÍCIAS (1863)

Henrique Marques Samyn²

Doutor em Letras

Universidade do Estado do Rio de Janeiro

(marquessamyn@gmail.com)

Bruna de Oliveira Sales³

Graduada em Letras

Universidade do Estado do Rio de Janeiro

(b.oliveira2703@gmail.com)

RESUMO: Na sociedade ocidental, o casamento, como instituição, historicamente serviu para garantir a obtenção de vantagens entre as famílias dos futuros cônjuges. Nessa relação matrimonial, era esperado que as mulheres assumissem uma posição de total submissão ao seu marido. Após acontecimentos históricos como a Revolução Francesa (1789) e, em Portugal, a Revolução Liberal do Porto (1820), a sociedade teve de se moldar a novos cenários que surgiram; dentre esses, havia o crescente desejo das pessoas se casarem por amor, surgindo, assim, muitos conflitos familiares. A literatura relatou esses acontecimentos em muitos romances; dentre eles, estão as obras **As Três Irmãs** (1862) e **Estrelas Propícias** (1863), do escritor português Camilo Castelo Branco. Nesse contexto de dominação masculina, temos, na literatura portuguesa, duas personagens que tentam, às suas diversas maneiras, subverter os moldes patriarcais e ser donas das suas próprias histórias: Jerônima e Corina. É a partir destas personagens, presentes nas obras supracitadas, que o presente artigo analisará as representações matrimoniais nos dois romances.

Palavras-chave: Casamento. Camilo Castelo Branco. Século XIX.

ABSTRACT: In Western society, marriage, as an institution, has historically served to ensure that advantages are obtained between the families of future spouses. In this relationship, women were expected to assume a position of total submission to their husbands. After historical events such as French Revolution (1789) and, in Portugal, Liberal Revolution of Porto (1820), the society had to adapt itself to new scenarios that emerged; among these, there was a growing desire for people to marry for love, thus resulting in many family conflicts. The literature has reported these events in many novels; among them, there are the novels **As Três Irmãs** (1862) and **Estrelas Propícias** (1863) written by Camilo Castelo Branco, a portuguese writer. In this context of male domination, we have in Portuguese literature, two characters who try, in their different ways, to subvert the patriarchal shapes and they become owner of themselves life hystories: Jerônima and Corina. It is from these characters, present in the aforementioned novels, that this paper will analyze the matrimonial representations in these two novels.

¹ Agradecemos à Luciene Pavanelo a atenta leitura e sugestões.

² ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-2624-3487>.

³ Mestranda em Literatura Portuguesa. Bolsista CNPq.

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-1494-8487>.

Keywords: Marriage. Camilo Castelo Branco. XIX century.

Introdução

Dentre os escritores que emergiram em Portugal durante o século XIX, Camilo Castelo Branco (1825-1890) se destaca como autor de um grande volume de romances e novelas; à guisa de informação, observe-se que, entre os anos de 1863 e 1865, Camilo publicou doze romances, oito volumes de memórias, críticas e narrativas, dois volumes de poesia e uma comédia (SOUZA, 2009, p. 28).

Dada a extensão do acervo camiliano, a crítica contemporânea propõe algumas divisões em categorias dessas obras. Dentre essas categorias, mencionaremos apenas a bipolarização “Novela⁴ Passional” e “Novela Satírica”, para não extrapolar a dimensão do presente trabalho e porque esta é uma divisão muito utilizada pela crítica camiliana⁵.

De acordo com Paulo Franchetti (2003, p. 10),

Não erraremos muito se afirmarmos que a “novela camiliana” é, no vocabulário crítico atual, um termo que recobre, na interpretação canônica de Antônio José Saraiva e Óscar Lopes, a produção do autor dividida em duas linhas cristalizadas [...], que funcionam como polos de tensão entre os quais oscila o restante da sua obra romanesca.

Saraiva e Lopes pontuam que **Amor de Perdição** (1862) e **A Queda de um Anjo** (1866) são dois exemplares que representam, respectivamente, as Novelas Passional e Satírica (SARAIVA; LOPES, 1996, p. 783). Por sua vez, Teófilo Braga, antecessor de Saraiva e Lopes e que também pensa como os críticos acima, afirma que há no romancista dois escritores, sendo um deles o idealizador romântico, que faz o leitor aceitar todos os sentimentalismos românticos, e o irônico, que objetiva

4 Afinal, devemos classificar a narrativa camiliana como novela ou romance? Apesar de frequentemente vermos a palavra “novela” ligada à obra ficcional camiliana, o termo “romance” se enquadraria melhor para tal. De acordo com José Régio (1980, p. 87 - 88; grifos do autor), “O certo é que tem sido discutida a propriedade com que se poderá chamar *romances* aos romances do nosso grande romancista [Camilo]. Nenhum argumento de peso poderia justificar não se chamar assim a várias obras suas [...]. Como quase todos os romancistas muito pessoais, Camilo despreza quaisquer **receitas** do gênero. Em última análise, criou o seu romance”. Sobre essa questão, conclui Paulo Motta Oliveira (1999, p. 99): “Considerar Camilo como um autor de novelas, e não de romances, parece-nos ser, de fato, uma espécie de rebaixamento, de que sua obra foi, a partir da geração de 70, vítima”.

5 Concordam com essa divisão críticos como Antônio José Saraiva e Óscar Lopes (1996). Apesar destes últimos terem proposto um quadro evolutivo dividindo a produção ficcional camiliana em três estágios, os autores demonstram predileção pela divisão tratada no presente artigo.

representar caricaturas das pessoas e faz provocações polêmicas (BRAGA, 1892, p. 240).

O conceito de *Novela Passional* assume diversas definições na crítica camiliana, sendo algumas delas divergentes entre si. Não nos aprofundaremos nesta questão para não distanciarmos do objetivo do trabalho; porém, para ilustrar melhor tal tipo de novela, citaremos Jacinto do Prado Coelho (2001) e Óscar Lopes (1994), respectivamente:

A novela amorosa era, pois, o seu domínio. Mas, por outro lado, o temperamento de Camilo, febril, vigoroso, rico de contrastes, impeli-o naturalmente para a representação dos sentimentos fortes, das cenas de luta, paixão, movimento e espanto. [...] No seu «aferro à paixão peninsular e à nossa lágrima irredutível», não era o amor feliz, idílico e repousado que principalmente lhe interessava [...], mas o amor tenso e combativo que vence obstáculos, se debate em angústias, teima, em último caso, na resistência passiva, e acaba por sublimar-se na sombra do convento ou nas torturas da morte lenta. (COELHO, 2001, p. 239)

[...] a novela camiliana é também (ou ainda mais) caracteristicamente uma novela passional – não o queremos esquecer. Dir-se-ia até que os obstáculos à realização do amor entre mulher e homem, tipicamente novos, pouco mais do que adolescentes, ou mesmo a transpor a adolescência graças ao seu primeiro e grande amor – dir-se-ia que tais obstáculos, de preconceito de linhagem, de ordem económico-social, ou até, pelo menos de modo acessório, motivados por uma simples rivalidade ou rancor pessoal, por um azar ou destino adverso, constituem no fundo o ingrediente necessário para evidenciar a incomensurabilidade dessa paixão com a vida real, e portanto o seu carácter de algum modo religioso, a sua essência de uma religião específica, a que o próprio Camilo chama «religião do amor» [...] (LOPES, 1994, p. 58).

Sobre a *Novela Passional*, a crítica converge no sentido de classificá-la como um período de maturidade da escrita camiliana, que se deu, aproximadamente, a partir de 1860, conforme pudemos perceber de acordo com o exposto acima. O romance **Amor de Perdição** (1862) ilustra esse ponto máximo atingido pelo escritor, consoante o proemio de **Cem Cartas de Camilo**, escrito por Luís Xavier Barbosa:

Apenas aparecido este romance de Camilo [*Amor de Perdição*], ele empolgou como por magia todas as classes do país, que o devoravam entre o aplauso e a comoção, sendo gerais e sem discrepância os louvores e as lágrimas. Todos choraram sobre os infortúnios de Tereza de Albuquerque e de Simão Botelho; [...]. Camilo obteve, assim, a suprema consagração como romancista. E nos anos

posteriores, quase por três décadas sucessivas, a sua produção literária continuou abundante, variada e esmerada (1919, p. 20 - 21)⁶.

Resta-nos, agora, tratar das Novelas Satíricas, que aos olhos da crítica assumem uma posição secundária em relação às Novelas Passionais. Essas Novelas Satíricas, contrárias ao idealismo passional, apresentam situações em que os personagens anseiam atingir uma ascensão social, em que a vida é guiada por prazeres imediatos e pela ganância, traçando, assim, uma aproximação com o modelo literário Realista/Naturalista. Para responder ao porquê de tal bipolarização, os críticos afirmam que isso ocorreu porque Camilo era um escritor profissional, ou seja, ele vivia das suas publicações. Acredita-se que, até meados de 1873, Camilo “depura o esquema da novela passional, dando-lhe o máximo da intensidade dramática, avivando-lhe o ritmo narrativo” (SARAIVA; LOPES, 1996, p. 782); mas, percebendo que esses recursos estão se tornando ultrapassados, ele recorre às novas tendências realistas/naturalistas, que vieram da França, aproximando-se da forma de escrita de Eça de Queirós e Émile Zola (SARAIVA; LOPES, 1996, p. 786 - 787).

Ou seja, alguns críticos acreditam que Camilo parodiava devido à necessidade de se adaptar às novas tendências literárias, visto que a notoriedade dos autores realistas e naturalistas ameaçava a sua (REIS, 1999, p. 144). Com isso, devemos ter em mente que agradar ao público leitor e ao mercado editorial era o objetivo do Camilo, para que ele continue vivendo da escrita; diante dessa situação de mudanças, ele aceita se readaptar literariamente para continuar vendendo seus livros. Cabe observar, no entanto, que uma leitura nessa direção pode desconsiderar o modo como as chamadas Novelas Passionais camilianas já apresentam elementos e recursos que desafiam os parâmetros idealistas românticos; isso pode ser percebido, por exemplo, nas passagens irônicas e humorísticas presentes no já mencionado **Amor de Perdição**.

O presente trabalho se concentrará nas obras **As Três Irmãs** (1862) e **Estrelas Propícias** (1863). Discutiremos aqui a representação literária da questão do casamento na sociedade portuguesa oitocentista e a luta das personagens principais para se casarem com as pessoas que desejavam – no caso de Corina – e até mesmo não se casar – como foi o caso de Jerônima. Para isso, faremos uma análise das que

6 A grafia das citações ao longo deste artigo foi alterada visando a adequação às normas ortográficas brasileiras que estão em vigor atualmente.

levará em consideração o papel da mulher na sociedade oitocentista e a importância do casamento para as famílias dos noivos, desde uma perspectiva informada pelos estudos de gênero e atenta ao contexto histórico em questão.

Conforme mencionado, Camilo vivia da sua pena; desse modo, para honrar seus compromissos financeiros, ele precisava agradar seu público leitor. O perfil dos leitores de Camilo Castelo Branco era composto por mulheres burguesas, porém essas mulheres eram vigiadas pelos seus tutores – pais, maridos, irmãos – que procuravam controlar suas leituras, a fim de evitar que elas fossem persuadidas por ideias que circulavam durante o cenário pós-revolução. Essas ideias estavam associadas ao processo de emancipação feminina, devido à insatisfação da mulher perante o papel social que lhe foi designado pela sociedade patriarcal. Guilhermino César, na “Nota Preliminar” ao romance **A Filha do Doutor Negro** (1864), afirma que Camilo sabia que seu público leitor era formado, majoritariamente, por jovens mulheres. Sabendo disso, o nosso autor lançou mão de um tom pedagógico em todo o romance, ou seja:

[Camilo Castelo Branco] Dispôs com habilidade as peripécias, dosou a linguagem, afeiçoou a história de Albertina ao gosto das leitoras sensíveis, sem deixar de fazer uma obra útil aos pais de família, assustados com a dissolução dos costumes; a rebeldia das jovens, em questões de amor, já não lhes reconhecia a caprichosa autoridade de outros tempos (1971, p. 2).

Para agradar suas leitoras e suas respectivas famílias, Camilo precisava escrever histórias que retratassem as mudanças sociais que estavam acontecendo e, ao mesmo tempo, demonstrar que os costumes da época estavam inalterados. Jacinto do Prado Coelho afirma que o escritor produziu, no início da década de 1860, romances de cunho “educativo”⁷; segundo o referido pesquisador, “Camilo vai oscilando entre dois polos – a independência que se empenha em defender e a dependência inevitável para subsistir.” (COELHO, 2002, p. 62). Guilhermino César afirma, ainda na “Nota Preliminar” de **A Filha do Doutor Negro**, que **As Três Irmãs** marcou o início de uma série composta por cinco romances, os quais se adequam “no tom e no som da melhor concepção burguesa” (1971, p. 2) – e essa série termina com a publicação, em 1864, de **A Filha do Doutor Negro**.

⁷ A respeito dos romances educativos (ou morais), Jacinto do Prado Coelho afirma que entre 1861 a 1864, Camilo escreveu romances com o intuito de educar os portugueses da época através das suas personagens, bem como expor um modelo moral a ser seguido pelos seus leitores.

Devemos ter em mente que os ideais burgueses mencionados acima iam de encontro aos ideais românticos, porque, segundo estes, o mundo burguês, regido pela fome de poder, não seria capaz de compreender os ideais das almas sensíveis. Na região do Porto, a presença dos barões era sentida de forma mais tirânica; daí veio o fortalecimento da literatura em folhetins, visando o comerciante, que enriquecia muitas vezes de forma ilícita e era recompensado com títulos de barão e comendador (COELHO, 2001, p. 192 - 193).

Retornando às publicações, os romances **As Três Irmãs** e **Estrelas Propícias** foram publicados no jornal **O Comércio do Porto**, juntamente com as obras **Estrelas Funestas** (1862), **O Bem e o Mal** (1863) e **A Filha do Doutor Negro** (1864) – sendo estes os cinco romances que compõem a série mencionada por Guilhermino César. O **Comércio do Porto** era um jornal que prezava o puritanismo; portanto, os folhetins lá publicados eram considerados adequados para meninas. Nas publicações desse jornal, nota-se que Camilo obedeceu às normas do jornal e cedeu à moral burguesa, louvando a obediência aos pais, a honestidade, gratidão, dentre outras virtudes.

Podemos aplicar o exposto acima a **As Três Irmãs** e perceber que esta é uma obra moralizante, assim como **Estrelas Propícias**. No primeiro, todos os personagens são pessoas bem intencionadas – com exceção de Duarte Pereira, o marido de Eulália, que é uma das irmãs do referido título. Jerônima, a outra irmã, num determinado momento do romance, faz um discurso afirmando que os filhos devem obedecer a seus pais; e Maria, a terceira irmã, viveu uma vida simples ao lado de seu marido e sempre se manteve resignada, demonstrando ser uma esposa muito virtuosa. Com este enredo, também podemos apreender a seguinte moral: o caminho do vício leva à derrota, enquanto que o da virtude leva à felicidade (COELHO, 2001, p. 267).

O mesmo quadro se repete em **Estrelas Propícias**: o casal protagonista – Corina da Soledade e Antônio de Azevedo Barbosa – mostra ao leitor que a dignidade e resiliência são virtudes que as pessoas devem seguir, visto que o rapaz vai para o Brasil a fim de ganhar dinheiro suficiente para se casar com sua amada; enquanto que Corina, em Portugal, aguarda, esperançosamente, o dia em que verá Antônio novamente.

Para nos situarmos na linha do tempo histórica, lembremos que a sociedade da época vivia o contexto pós-Revolução Francesa, cujos ideais – igualdade,

liberdade e fraternidade – não foram aplicados igualmente aos gêneros, de forma que as mulheres continuavam a ter suas liberdades limitadas pelas vontades patriarcais e imposições matrimoniais. Isso se deu, principalmente, com as mudanças na organização social, na qual o homem administrava a esfera pública da sociedade – como o sustento e a tomada de decisões importantes para o bem da família – e a mulher cuidava da esfera privada – ou seja, ela cuidava dos afazeres domésticos e da educação dos filhos. Segundo Lynn Hunt, observa-se que no século XIX, a alocação das mulheres na esfera privada se deu de forma jamais vista antes. Isso já era visto no final do século XVIII, porém, a Revolução influenciou fortemente nas relações entre os gêneros e a concepção da família (PERROT, 2009, p. 45).

Para que isto fosse internalizado, o discurso hegemônico sustentava a dominação masculina, afirmando que as mulheres eram fúteis, frágeis e débeis – o que fortaleceu a visão patriarcal de que os homens eram superiores às mulheres e de que o casamento oferecia uma possibilidade de salvação para as almas femininas, que poderiam ser facilmente corrompidas. Essa visão se mantém até fins do século XIX, como evidencia o seguinte trecho, extraído do artigo do **Jornal do Comércio** intitulado “O Reino da Mulher”, de Oliveira Martins, publicado em 1882:

As regras, a prenhez, o parto fazem-te inválida; és enferma por condição, és histérica... O casamento foi uma terapêutica; o marido, teu protetor, um médico. Por sobre enferma, a mulher é débil, no corpo e no espírito. O seu valor está no seu encanto, na sua beleza, no perfume com que inunda a casa, nos trilos como de ave com que enche o ninho, nos sorrisos e canduras com que doura a vida comum (MARTINS, 1882, p. 157).

Tomando como “regra” o fato de que as mulheres se resignavam a essa situação de dominação, e como para todas as regras há exceções, havia mulheres que iam na contramão desse caminho – ou seja, que lutavam por seus direitos e queriam ocupar a esfera pública, assim como os homens –, e que por isso eram tratadas com desprezo pela sociedade. Novamente, recorreremos a Michelle Perrot, que afirma que o homem público cumpre uma função importante e reconhecida; já a mulher pública representa “vergonha, a parte escondida, dissimulada, noturna, um vil objeto, território de passagem, apropriado, sem individualidade própria” (PERROT, 1998, p. 7). Com isso, podemos ver o quanto a sociedade da época buscava manter as mulheres no âmbito privado.

A partir de 1789, a Revolução Francesa acarretou uma série de mudanças na sociedade europeia e nos demais continentes – como a instauração da República na França e mudanças na esfera pública e privada de muitos países –, algo retratado em obras literárias. No caso de Portugal, somam-se ainda as suas próprias revoluções internas, como, por exemplo, a Revolução Liberal do Porto, em 1820, que teve como consequência a Constituição de 1822. Desta forma, podemos afirmar que a literatura produzida em Portugal a partir do segundo quartel do século XIX apresentava características pós-revolucionárias.

Como observado anteriormente, Camilo Castelo Branco escreveu **As Três Irmãs e Estrelas Propícias** durante a época em que produziu o que Jacinto do Prado Coelho denominou “romances educativos”, com o objetivo de educar e sugerir uma moralidade a ser seguida pelos seus leitores. Exemplos de obras produzidas nesse período, além das que serão analisadas aqui, são **Doze casamentos felizes** (1861), **Amor de Perdição** (1862) e **A Filha do Doutor Negro** (1864). Nessa época, em especial, as personagens camilianas transitavam, ao longo da narrativa, entre a virtude e o vício – como é o caso de Eulália, uma das personagens d’**As Três Irmãs**, que se casa com um homem viciado em jogos de azar e, a partir desta situação, vê-se diante do seguinte dilema: continuar com seu marido e compactuar com o seu vício e as consequências que isso traria; ou voltar para casa de seus pais e ter uma vida digna.

No século XIX, eram comuns os romances folhetinescos, ou seja, romances que eram publicados por capítulos, semanalmente, nos jornais da época. O folhetim foi um modelo de publicação que teve muito sucesso e, com isso, alcançou muitos leitores. Pensando, agora, nos romances moralizantes, o folhetim parecia ser o veículo perfeito para a propagação de seus valores para a sociedade portuguesa. Era fundamental, segundo a ótica do romance moralizante, mostrar aos leitores e à sociedade, através do folhetim, os modelos de familiares a serem seguidos e estabelecer papéis sociais para os gêneros, seguindo uma mentalidade de determinismo que se mostra a partir dos enredos.

Relações matrimoniais e interesses patriarcais em ‘As Três Irmãs’ (1862) e ‘Estrelas Propícias’ (1863)

Antes da Revolução Francesa, os casamentos eram, majoritariamente, feitos por conveniência, ou seja, eram celebrados com base nas vantagens que os cônjuges tinham a oferecer, e essas vantagens podiam estar relacionadas à posição social, benefícios políticos e aquisição de novas terras, entre outras. Visando essas conveniências, não importava se os noivos tinham algum tipo de afeto entre si – muitas vezes, eles mal se conheciam; as relações de parentesco também eram um fator considerado. Segundo Irene Vaquinhas,

Na primeira metade dos oitocentos, era comum as jovens aristocratas casarem-se com primos direitos ou com tios, como forma de consolidar (ou aumentar) as frágeis fortunas que dispunham, assim como, no caso de segundas núpcias, com cunhados (VAQUINHAS, 2011, p. 137).

Essa prática também era comum na burguesia, visto que as famílias almejavam casar seus filhos com pessoas de família com igual poder aquisitivo ou maior, para, assim, manter ou até mesmo melhorar sua posição social.

A preocupação com a estabilidade material [...], a cautela na escolha dos noivos e das noivas, os quais devem pertencer ao mesmo estrato social, de preferência ‘uns furos acima’, o conhecimento dos seus antecedentes (receio dos sangues ‘avariados’), tudo era pesado e bem pesado, resultando o casamento, com frequência, mais de expectativas familiares do que de afinidades pessoais (VAQUINHAS, 2011, p. 137 - 138).

Na segunda metade do século XIX, o amor passou a ser um fator importante para a celebração dos casamentos. Certamente, isso trouxe à tona conflitos familiares, porque agora os pais não deveriam mais – nessa nova configuração de casamento – interferir diretamente na vida dos noivos. Ao casarem-se por amor (ou por inclinação), os nubentes dispunham de mais liberdade para viverem com quem eles realmente amavam. Neste contexto, segundo Michelle Perrot, é crescente o número de pessoas que “desejam uma convergência entre a aliança e o amor, o casamento e a felicidade [...]. São principalmente as mulheres, cujo único horizonte é o casamento, que se inclinam para esse lado” (PERROT, 2009, p. 125). Vimos que os casamentos por inclinação conferiam aos noivos maior liberdade de escolha, e o casamento era um assunto de grande interesse feminino, ou seja, esse novo tipo de

casamento conferia liberdade à mulher, o que representava uma grande mudança no cenário social da época.

É nesse contexto que se passam as histórias **As Três Irmãs** e **Estrelas Propícias**. Ambos os romances tratam de questões matrimoniais, em que ainda era muito forte o casamento por conveniência, e as personagens Jerônima e Corina da Soledade subverteram essa condição: Jerônima (de **As Três Irmãs**) decidiu não se casar e passou a viver em busca da sua liberdade financeira e pessoal; e Corina (de **Estrelas Propícias**) se voltou contra seu pai ao investir num romance com um advogado que não possuía bens materiais. Corina e Jerônima são personagens com trajetórias distintas, que buscaram a subversão de seus papéis na sociedade enquanto mulheres. Dentro das suas possibilidades, elas resistiram ao sistema patriarcal opressor que não se dissipou na sociedade pós-revolucionária.

Os romances **Estrelas Propícias** e **As Três Irmãs** possuem enredos que se desenvolvem em torno da perspectiva do casamento, porém, sob óticas diversas. Em **Estrelas Propícias**, temos uma família composta por Gastão de Noronha, sua esposa Mafalda e as cinco filhas: Ema, Corina, Amélia, Elisa e Felismina. Depois de muitos anos morando na França, a família resolve retornar a Portugal, onde se passa grande parte da história. Num dia, num baile, Corina conhece Antônio de Azevedo – um jovem advogado sem emprego – e seu amigo Felisberto Taveira, que era muito rico. Corina se encanta por Antônio, mas ele já havia planejado sua ida ao Brasil para conseguir meios de sustentar sua família, que morava em Barcelos. Gastão de Noronha tenta, então, convencer sua filha a casar-se com Felisberto, para a manutenção dos bens da família – configurando-se, assim, um casamento por conveniência –, mas Corina não aceita a proposta do pai, porque não tem interesse amoroso no homem proposto para seu marido. Assim começa a luta da personagem. O romance nos mostra como, apesar das represálias paternas, a heroína consegue, à sua maneira, mudar este quadro a seu favor. Durante a história, Gastão consegue casar três de suas filhas com homens ricos e poderosos, fazendo, assim, tal manutenção dos bens da família.

Já no romance **As Três Irmãs**, temos o patriarca Joaquim Luís, sua esposa Mariana e suas três filhas: Jerônima, Maria e Eulália. Ao contrário de Gastão de Noronha, Joaquim Luís não fazia imposições para que suas filhas contraíssem bons casamentos e prezava pela felicidade delas. Eulália, a primeira a casar-se e a caçula das irmãs, casou-se com Duarte, um homem rico que, com o tempo, revelou-se viciado em jogos de azar – conforme visto anteriormente. Além de ter perdido toda a

sua fortuna, Duarte se endividou, fazendo Eulália repensar seu casamento. Maria, a segunda irmã, casou-se com José da Fonseca, um advogado pobre e trabalhador, e viveu uma vida muito simples, porém feliz. Já Jerônima não quis se casar: seu objetivo era assumir os negócios do pai para que ele tivesse, enfim, o seu merecido descanso. Porém, devido a sucessivas adversidades, ela teve de deixar o comércio e seguir a carreira de mestra de meninas, em Lobrigos, para garantir a sua independência.

Por ora, podemos perceber que há aproximações entre as personagens: durante o desenvolvimento dos dois enredos, as suas famílias sofrem severas crises financeiras, que impõem a esses dois núcleos familiares a necessidade de repensar seus modos de viver. Além disso, as heroínas reivindicam, durante os enredos, o êxito das suas vidas pessoais, escapando, assim, dos moldes patriarcais da época. Por fim, nos dois romances verifica-se a dicotomia já discutida sobre a escolha do cônjuge, que se pode dar por conveniência ou por inclinação.

Em **Estrelas Propícias**, vemos que há diversas tentativas de Gastão para arranjar bons casamentos para suas filhas; vemos, também, que o fidalgo não tinha uma reputação exemplar, devido à falência que sofrera.

Imaginou ele [Gastão de Noronha] que suas filhas, educadas a primor, bem falantes, bonitas e graciosas em seu desembaraço, fariam época no Porto, como costuma dizer-se, e seriam pretendidas dos negociantes ricos à conta da sua fidalguia. Esse plano é o único sinal que temos da inteligência domesticamente governamental de Gastão de Noronha. [...]

Os mancebos apaixonados viam as meninas, e viam tudo que mais anelavam; mas os pais destes mancebos, posto que achassem lindas de se verem as flores, iam de preferência analisar o tronco da árvore florida, o qual tronco, como sabem, era Gastão de Noronha. Estas análises ao tronco prejudicavam grandemente as flores, como é de ver, e todos os velhos abastados diziam, à uma, que não queriam enxertias de sua obscura linhagem em árvore podre. Não sei se o nobilíssimo Gastão de Noronha chegou a saber que lhe chamavam árvore podre! (CASTELO BRANCO, 1863, p. 14 - 15).

No trecho acima, podemos observar a importância dos históricos familiares dos nubentes para a realização do casamento. No início do romance, Gastão se equivocou, acreditando que Corina está apaixonada por Felisberto Taveira, e vai conversar com o rapaz para tentar confirmar o relacionamento, mas acaba desfazendo o mal entendido e se revolta contra Corina e Antônio. Vejamos um trecho de um diálogo entre Gastão e Felisberto, no qual o primeiro acredita estar

conversando com o futuro genro. Observemos que ele fala sobre o direito da filha de escolher o futuro marido:

– Agora me convenci – acudiu Felisberto – de que vossa excelência ama sinceramente sua filha, e viu com benignos olhos a inclinação desigual que ela manifestou.

– Inclinação desigual! Eu não sou parvo de fidalgas desigualdades, senhor Taveira! Soberania há uma só, que é a da virtude: o resto são convenções humanas sem critério nem fundamento real. O que eu quero é ver minha filha feliz. [...] Os tempos são outros, senhor Taveira, porque são outros os corações. Violentar a vontade de minha filha!... Deus me feche os olhos antes que eu o faça! Respeito-lhe a inclinação, que ela manifestou, porque sei que a sua dignidade foi a primeira voz que lhe deu conselho (CASTELO BRANCO, 1863, p. 53 - 54).

Após o esclarecimento, Gastão se despede de Felisberto Taveira da seguinte forma: “[...] Queira desculpar um engano, em que vossa senhoria nada perdeu, e rogo-lhe que diga ao senhor Antônio de Azevedo que se preocupe com aspirações mais razoáveis, se não interessa em dar graves desgostos a uma família que vive tranquila” (CASTELO BRANCO, 1863, p. 55 - 56).

Para arranjar casamentos vantajosos para suas filhas, Gastão de Noronha não mediu esforços e tentou até mesmo arranjar casamentos consanguíneos: tentou casar Ema, sua filha, com um tio muito velho que estava doente. Mesmo ciente da condição do seu tio, Gastão não desistiu: estando o velho no leito, à beira da morte, Gastão procurou um padre para realizar o matrimônio, porém o senhor faleceu antes de dizer o “sim”. Ainda no mesmo romance, Felismina e Fernando de Ataíde se casam sendo primos de segundo grau, união que agrada muito o pai da moça porque Fernando é um rapaz milionário. Conforme vimos acima, esses casamentos consanguíneos eram vistos com normalidade para a sociedade.

Em **As Três Irmãs**, os casamentos que aconteceram durante a trama foram feitos por inclinação: Eulália e Duarte tinham afinidade entre si, assim como também havia amor entre Maria e José da Fonseca. Porém, as duas irmãs traçam jornadas diferentes devido às personalidades dos seus maridos: Duarte se descobriu viciado em jogos; José, por outro lado, nunca deixou de trabalhar, sempre foi generoso e conseguiu, com muito custo, sustentar sua esposa, seu filho, a sogra e as duas cunhadas durante um determinado período. A diferença entre os dois cunhados é tamanha que Camilo encerra o romance afirmando que “Não há destinos: há dois

caminhos. – O caminho de Duarte Pereira e o caminho de José da Fonseca” (CASTELO BRANCO, 1862, p. 274).

Como dito anteriormente, diferentemente de Gastão de Noronha, Joaquim Luís, o patriarca, não almejava casamentos por conveniência para suas filhas:

[...] Pois, meu amigo e sr. Joaquim Luís, eu tenho desconfiado de duas coisas, em vez de uma. Cá, em quanto ao que eu tenho visto, o meu Duarte gosta da sua Eulália... pudera não! Eu, na idade dele, por uma menina virtuosa e galante como a sua, ia ao cabo do mundo!... A outra desconfiança é que o doutor Fonseca está muito deveras inclinado à sua filha Maria. Aqui estão dois casamentos de uma assentada! Que diz a isto, sr. Joaquim Luís?

– Digo, meu bom amigo Antônio Pereira, que estes negócios de casamento não se tratam assim do pé para a mão. Uma coisa é inclinação, e outra coisa é casamento. Como sabe vossemecê que as minhas filhas estão na ideia de se casarem? (CASTELO BRANCO, 1862, p. 26 - 27).

Porém, seguindo o pensamento da sociedade da época, Joaquim Luís, numa longa conversa com Eulália, a relembra das funções da mulher no casamento:

– Foste sempre obediente a teus pais; devo crer que serás obediente a teu marido; mas é necessário dizer-te que são duas as maneiras de obedecer. A obediência aos pais traz a sua origem desde o berço, e começa com o respeito. A obediência ao marido recebe-se como um dever, quando a razão já está formada, e começa com o amor. Por mais carinhoso que eu fosse para ti, os carinhos não enfraqueciam o respeito que me tinhas; mas os carinhos de um marido diminuem o respeito da esposa, e preparam-na para a desobediência, se ela não tem muito gravados na alma os ditames dos seus deveres. Quando acontece persuadir-se a mulher que o casamento estabelece igualdade de direitos, é inevitável a desordem da vida. A submissão é tão precisa à esposa como à filha. Se teu marido, daqui a dois anos, te parecer diferente em génio e maneiras, hás de sustentar a igualdade dos teus desvelos e afagos, mostrando assim que aceitas de teu marido as mudanças boas e más que o tempo fizer no seu carácter. Ainda mesmo que a mudança te magoe, e te pareça enfado ou capricho, não pedirás contas a teu marido das modificações que o tempo fizer no teu génio. Entendes-me tu, Eulália? (CASTELO BRANCO, 1862, p. 36).

A respeito das funções da mulher numa relação matrimonial, podemos evocar o Código Civil Português, em vigor desde 1868. No capítulo I, que trata dos casamentos, Artigo 1.185º, lemos que “Ao marido incumbe especialmente a obrigação de proteger e defender a pessoa e os bens da mulher, e a esta a de prestar obediência ao marido” (PORTUGAL, 1968 [1868]). Além disso, a mulher não podia publicar seus escritos sem o consentimento do marido, nem adquirir ou alienar bens, o que nos faz

perceber que a mulher era completamente subalterna na sua relação conjugal. Portanto, personagens como Corina da Soledade e, especialmente, Jerônima, agiam de um modo que desafiava os comportamentos esperados por mulheres “de família”, que tinham um nome a zelar perante os códigos morais socialmente impostos. Em resumo, eis um trecho de Joel Serrão que ilustra bem as relações conjugais do século XIX:

Com efeito, mais do que dicotomia, a relação homem-mulher considerada como o encontro entre o macho ilustrado ou ilustrável e a fêmea de naturais curtos voos era bem característica, como ficou sugerido, da sociedade oitocentista nas suas expressões mentais e culturais (SERRÃO, 1987, p. 25).

Ao falar em transgressões, nos lembramos de Jerônima. No início do romance, Jerônima nos é apresentada como “a mais varonil no gênero de labor a que se dava em casa, entendendo no tráfico, na labutação, e na contabilidade” (CASTELO BRANCO, 1862, p. 25); seu pai dizia que ela “era o varão da casa” (CASTELO BRANCO, 1862, p. 25) e a sua mãe sempre dizia para ela “«Ó moça! tu pareces-me um homem!»” (CASTELO BRANCO, 1862, p. 25). Desde criança, ela se diferenciava das demais irmãs, porque não gostava muito de carícias nem dos brinquedos considerados “normais” para as crianças de sua idade. Verificamos isso na seguinte passagem:

[Jerônima] Ria dos mimos que as irmãs andavam como a pedi-los ao pai; e, se este os queria repartir por as três, costumava ela dizer: «Eulália e Maria é que estão a morrer por festinhas; a mim dê-me antes um caderno de papel para eu fazer contas e traslados» (CASTELO BRANCO, 1862, p. 53).

A personalidade de Jerônima não correspondia ao que era esperado das mulheres do seu tempo. Segundo Luciene Pavanelo, as preferências de Jerônima – como a recusa às bonecas e a aptidão da moça para o ramo do comércio – “são indícios de sua recusa em aceitar a posição da mulher na sociedade” (2017, p. 149) – posição esta definida por Duarte, seu cunhado, em determinado momento do romance: “A mulher para a vida doméstica; o homem para a atividade” (CASTELO BRANCO, 1862, p. 65). Conforme discutido neste trabalho, essa frase retrata perfeitamente o pensamento da época.

A título de explicação, é válido ressaltar que nem todas as mulheres eram proibidas de trabalhar no século XIX. Segundo Catherine Hall, “no caso do trabalho

das mulheres pobres, as normas eram um pouco diferentes. As mulheres podiam ter um ofício, se fosse um prolongamento de seu papel feminino ‘natural’” (PERROT, 2009, p. 71); ou seja, era permitido que as mulheres consideradas pobres assumissem trabalhos domésticos, relacionados à moda ou à alimentação, “mas certos tipos de ofícios executados por mulheres eram considerados totalmente incompatíveis com a natureza delas, principalmente se fossem exercidos num ambiente misto” (PERROT, 2009, p. 71). Certamente, as habilidades de Jerônima não eram louvadas pela família:

Jerônima cismava em descobrir alguma outra tentativa mercantil. Joaquim Luís restringira a cereais, arroz e café o seu negócio. Jerônima animou-o a armazenar azeite, obrigando-se ela a tomar a si o encargo de dirigir a labutação. Riu muito o pai, e andou contando aos seus amigos a especulação em que estava afreimado o espírito da sua Jerônima. A sr.^a Mariana cada vez descobria mais qualidades de homem na menina (CASTELO BRANCO, 1862, p. 57).

Corina, por outro lado, era melancólica e, devido ao afastamento do seu amado, teve a saúde gravemente abalada. Sua transgressão se deu na recusa do casamento com outros homens que não eram Antônio e na sua resiliência para reencontrar o amado.

Dessa forma, “«O amor faz a mulher varonil» – afirma o novelista [Camilo]. De fato, as suas heroínas podem ser frágeis, delicadas, mas não vergam senão raramente no que diz respeito ao seu amor. Preferem o convento ou a morte” (COELHO, 2001, p. 368). Esse trecho pode ser associado, em particular, a Corina, porque ela, a princípio, é uma moça sensível e frágil; porém, ao descobrir o amor, mantém até o fim o seu desejo de reencontrar Antônio. Caso isso não fosse possível, só havia duas saídas para ela: ou o convento – num certo momento do romance, ela consegue autorização para se mudar para o convento de Viana – ou a morte.

- As boas intenções de meu pai são providenciar ao futuro de nossa família por meio deste casamento?
- Sim, minha filha.
- Eu com lágrimas lhe digo que não posso servir a esse bom intento.
- Porquê? – atalhou o pai entre pasmado e colérico.
- Porque morro, porque hei de morrer antes de ser mulher do tio D. João. Não me recuso, meu pai: faça vossa excelência o que quiser. [...]
- O pai não quer acreditar-me... – atalhou soluçante Corina.
- Acreditar o quê?
- Que me mato, se Deus me não levar para si (CASTELO BRANCO, 1965, p. 76 - 77).

Considerações finais

Conforme pudemos observar ao longo do trabalho, os romances analisados dialogam com a dinâmica de poder entre os gêneros vigentes na época em que foram publicados, visto que apresentam a subordinação da mulher perante o homem – sobretudo no casamento, que foi a instituição aqui privilegiada – através de diálogos e atitudes de alguns personagens. Além disso, pudemos analisar também o quão forte era a questão dos casamentos por conveniência na sociedade oitocentista como forma de salvar financeiramente a família – como foi o caso da família de Gastão de Noronha, em **Estrelas Propícias**. Por fim, também vimos o desenrolar de três casamentos realizados por inclinação, a saber: os casamentos de Corina e Antônio, Eulália e Duarte e Maria e José da Fonseca.

Por um lado, os enredos analisados podem ser aproximados daquilo que, a partir da crítica camiliana, podemos conceber como Romances Passionais. Em *Estrelas Propícias*, o casal protagonista vive um amor quase impossível, porém incondicional, que vence muitos obstáculos: a princípio, há a dificuldade financeira, pois Antônio não tinha dinheiro suficiente para ajudar sua família e casar-se com Corina, o que motivou sua viagem ao Brasil; depois, vimos como pai de Corina procurou impedir a união; mesmo com tantas ameaças, o casal conseguiu contorná-las a fim de viverem juntos. N'**As Três Irmãs**, temos o personagem Pedro Monteiro, que sempre fora apaixonado por Jerônima, tentando casar-se com ela – e, para tanto, dispondo-se a romper relações com seu pai, que não aprovava a união do casal; mesmo com tantas investidas rejeitadas, ele nunca deixou de amá-la e não se casou, vivendo na esperança de que um dia Jerônima aceitasse o seu pedido.

Por outro lado, importa perceber que as narrativas camilianas não podem ser lidas como um mero espelhamento das relações sociais: por meio de recursos literários, Camilo recria ficcionalmente elementos presentes em sua época, figurando em suas obras os dilemas e conflitos de uma sociedade em transformação.

Referências

- BARBOSA, L. X. Proêmio. *In: _____* (Org.). **Cem Cartas de Camilo**. Lisboa: Portugal – Brasil Limitada, 1919.
- BRAGA, T. **As modernas ideias na literatura portuguesa**. Porto: Lugan & Genelioux, 1892.
- CASTELO BRANCO, C. **As Três Irmãs**. 11ª ed. Lisboa: Parceria A. M. Pereira, LDA., 1971[1864].
- _____. **Estrelas Propícias**. 6ª ed. Lisboa: Parceria A. M. Pereira, LDA., 1965 [1863].
- CÉSAR, G. Nota Preliminar. *In: CASTELO BRANCO, C. A Filha do Doutor Negro*. 8ª ed. Lisboa: Parceria A. M. Pereira, LDA., 1971[1864].
- COELHO, J. P. **Introdução ao estudo da novela camiliana**. 3a. ed. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 2002.
- FRANCHETTI, P. A Ficção Camiliana. *In: CASTELO BRANCO, C. Coração, Cabeça e Estômago*. São Paulo: Martins Fontes, 2003, p. 09 - 50.
- MARTINS, O. **O Reino da Mulher**. *In: Dispersos*. Organização de Antônio Sérgio. T. II. Lisboa: Biblioteca Nacional, 1924 [1882].
- LOPES, Ó. **A busca de sentido: questões de literatura portuguesa**. 2ª ed. Lisboa: Caminho, 1994.
- PAVANELO, L. **‘As Três Irmãs’, de Camilo Castelo Branco, e a independência feminina por meio do trabalho e da recusa ao casamento**. *In: _____*. (org.). *Marginalidades Femininas: a mulher na literatura e na cultura brasileira e portuguesa*. Montes Claros: Unimontes, 2017.
- PERROT, M. (org.) **História da vida privada, 4: Da revolução francesa à primeira guerra**. Tradução de D. Bottman e B. Joffily. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.
- _____. **Mulheres públicas**. Tradução de R. L. Ferreira. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1998.
- PORTUGAL. **Código Civil Português de 1867**. Lisboa: Imprensa Nacional, 1968 [1868].
- RÉGIO, J. **Ensaio de interpretação crítica**. Porto: Brasília Editora, 1980.
- REIS, C.; PIRES, M. N. Camilo Castelo Branco e o Romantismo Português. *In: REIS, C. História crítica da Literatura Portuguesa V: O Romantismo*. 2ª ed. Lisboa; São Paulo: Verbo, 1999.
- SARAIVA, A. J.; LOPES, O. **História da Literatura Portuguesa**. Porto: Porto Editora, 1996.

SERRÃO, J. **Da situação da mulher portuguesa no século XIX**. Lisboa: Livros Horizonte, 1987.

SOUSA, M. S. **A ficção camiliana: a escrita em cena**. 2009. 123f. Dissertação (Mestrado em Literatura Portuguesa) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo.

VAQUINHAS, I. (coord.). **História da vida privada em Portugal: a época contemporânea**. Lisboa: Temas e Debates, 2011.



Recebido em 31 de agosto de 2020
Aprovado em 19 de outubro de 2020